

Comentário sobre o Relatório Final do GTES

Introdução

A APF é uma organização não governamental que tem tido um papel central na promoção da Educação Sexual nas escolas portuguesas. Tendo apresentado as suas primeiras propostas nesta área em 1984, a APF sabe bem que as conhecidas dificuldades da implementação da Educação Sexual nas escolas têm estado ligadas às políticas educativas que têm sido prosseguidas nestas áreas, com profundos avanços e recuos.

Como é sabido, a APF celebrou em Outubro de 2000 um protocolo de colaboração com o Ministério da Educação, que foi posteriormente renovado até 31 de Dezembro de 2005. Este protocolo proporcionou à APF a possibilidade de reforçar as suas actividades de apoio à educação sexual nas escolas, tendo-se concretizado na formação de professores e no apoio técnico a centenas de escolas em todo o país.

O GTES foi criado em Junho de 2005, num contexto de polémica pública sobre a educação sexual nas escolas, e após a desarticulação em 2003 (pela equipa ministerial liderada por David Justino) da CCPES, a principal estrutura do Ministério da Educação responsável pela Promoção da Saúde em meio Escolar e que vinha desenvolvendo uma actividade importante nesta área desde o início dos anos 90.

Comentários e sugestões

- As propostas do GTES vêem retomar e aprofundar o processo de Educação e promoção da Saúde nas Escolas iniciado nos anos 90 e interrompido em 2003.
- 2. A APF concorda, na generalidade, com as propostas do GTES reconhecendo que estas propostas contribuem para a clarificação do enquadramento e integração da educação sexual nas escolas secundárias, nomeadamente através da existência obrigatória de projectos de Educação para a Saúde e da designação de um professor coordenador que possa dinamizar este projecto, da integração transversal dos conteúdos de Educação para a Saúde em diversos espaços curriculares disciplinares e não disciplinares, estes últimos, com especial relevância para a Formação Cívica e Área de Projecto.
- 3. É, no entanto essencial que, no sentido de dar continuidade a estas propostas, se crie a nível central uma equipa dinâmica de Educação para a Saúde, e em cada Direcção Regional de Educação exista também um responsável ou equipa responsável por esta área que acompanhe, exija e garanta a implementação destas medidas junto das comissões executivas das escolas e agrupamentos.
- 4. Reconhecendo as dificuldades existentes ao nível do Ensino Secundário, a APF sublinha no entanto a necessidade de a Educação Sexual ser integrada e desenvolvida neste nível de ensino, sugerindo-se para isso a abordagem de temas de educação sexual em disciplinas como a Educação Física, a Área de Projecto, a Filosofia, o Português e outras línguas, a biologia e outras ciências naturais, as ciências sociais.

- 5. A APF manifesta a sua satisfação por terem sido retomadas as Linhas Orientadoras para a Educação sexual em Meio Escolar e manifesta desde já a sua disponibilidade para participar no seu processo de revisão.
- 6. A APF considera que, para além das Linhas Orientadoras, e tendo em conta os conteúdos mínimos definidos pelo GTES para a Educação Sexual, devem ser elaborados e distribuídos aos professores materiais didácticos e orientações temáticas, em que sejam clarificados os objectivos e conteúdos centrais na abordagem dos diversos temas de educação sexual, bem como sugestões de actividades pedagógicas. Estes materiais são uma condição essencial para a implementação da educação sexual nas salas de aula, como o mostram diversos estudos que tê sido realizados sobre as dificuldades das escolas e dos professores nesta área.
- 7. A APF manifesta a sua satisfação por ter sido integrada no Relatório a proposta para a abertura de concursos para financiamento de projectos na área da Educação para a Saúde e da Educação Sexual aos quais se possam candidatar as entidades não governamentais que têm actuado nas escolas nestas temáticas.
- 8. A APF manifesta a sua satisfação pelo Relatório da Subcomissão para a avaliação dos manuais e sublinha que todos os manuais e materiais produzidos, editados e utilizados pela APF foram considerados por esta Subcomissão como adequados e úteis. Este Relatório vem mostrar mais uma vez quão caluniosos foram os ataques e a campanha realizada em 2005 contra a APF e contra os seus materiais de educação sexual, protagonizada por grupos como o MOVE, a Associação Juntos pela Vida e a Associação Portuguesa das Famílias Numerosas.
- 9. É necessário integrar a educação para a saúde e a educação sexual como prioridades na formação inicial e contínua de professores.
- 10. É necessário avaliar regularmente o impacto destes programas junto das crianças, dos jovens, dos profissionais e das famílias,

Lisboa, 28 de Setembro de 2007 A Direcção Nacional da APF